

Paulo Paiva vê risco de calote sem ajuste fiscal

Ministro acha que não há possibilidade de crescimento sustentado com aumento da dívida pública em relação ao PIB

Raimundo Paccó 31.8.98



Paulo Paiva: Defesa da política monetária "com os pés no chão"

O Brasil faz o ajuste fiscal no próximo ano ou corre o risco de retornar aos tempos de hiperinflação e do calote da dívida da década de 80. A análise é do ministro do Planejamento, Paulo Paiva, para quem não é mais possível o governo continuar aumentando a dívida pública para compensar o que gasta além do que arrecada.

O ministro não está sozinho em sua avaliação para 1999, contando com o apoio de vários economistas fora do governo. "Se aumentamos a dívida para alavancar o crescimento cairímos na primeira curva que aparecer", observou o ministro.

Para alguns empresários que criticam a política econômica Paulo Paiva manda um recado: "Os juros altos refletem exatamente o desequilíbrio das contas públicas e só poderão cair na medida que os investidores perceberem que o Brasil está gastando menos do que arrecada."

O ministro rebate os que pedem crescimento econômico sem ajuste fiscal dizendo que eles estão revivendo a tese de que o governo pode gerar um pouco de inflação e aumentar um pouco o déficit público para estimular a economia. "Fazemos política monetária com os pés no chão e não reagimos a pressões políticas nessa área.", garantiu o titular do Planejamento.

Mesmo assim, fora do Brasil existe a opinião de que o governo bri-

sões que não estimulam o crescimento, o que aumenta o quadro do desemprego, o ministro diz não acreditar que esse dilema exista.

No seu entender, é possível conciliar o equilíbrio fiscal com prioridades do governo. "O Orçamento enviado pelo Executivo ao Congresso espelha isso. É possível, mesmo num nível de gastos mais baixos, usar os recursos para áreas prioritárias," sustenta Paulo Paiva.

Com relação à pressão por juros mais baixos como principal estímulo ao crescimento o ministro esclarece que "eles dependem do ajuste fiscal".

E mais: "As taxas estão nesse nível por duas coisas: o setor público que precisa captar muitos recursos junto ao mercado e pressiona a taxa para cima. O outro fator é a percepção de que um desequilíbrio fiscal gera também desequilíbrios macroeconômicos, aumentando o risco Brasil."

Paulo Paiva não deixa nenhuma dúvida de que, na área macroeconômica, o ajuste fiscal é prioridade número um. "Numa escala de zero a dez, daria dez para a importância do ajuste. Mas o governo não tem só uma preocupação," pondera o ministro.

CRESCIMENTO

Ele argumenta que existe ainda o aumento da competitividade e a proteção social, que na agenda governamental são objetivos dos quais não se pode abrir mão. Paulo Paiva adverte, contudo, que "não há possibilidade de crescimento sustentado e de longo prazo com essa tendência de aumento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)".

Segundo ele, esse crescimento "tem perna curta" e que o ajuste fiscal é um pré-requisito para o crescimento da economia. Por fim, Paulo Paiva garante que as metas serão cumpridas em 1999: "O presidente não hesitará em utilizar todos os instrumentos que tenha para garantir o resultado fiscal do ano que vem."

**"OS JUROS ALTOS
REFLETEM O
DESEQUILÍBRIO DAS
CONTAS PÚBLICAS E SÓ
PODERÃO CAIR NA
MEDIDA QUE OS
INVESTIDORES
PERCEBEREM QUE O
BRASIL ESTÁ GASTANDO
MENOS DO QUE
ARRECADA"**

Paulo Paiva
Ministro do Planejamento